

PLANO

DE

GOVERNO

2015 - 2018

# ÍNDICE

1. Apresentação do candidato
2. Carta aberta ao eleitor
3. Propostas
  - 3.1 Segurança
  - 3.2 Saúde
  - 3.3 Alimentação Nutricional
  - 3.4 Educação
  - 3.5 Cultura, Esporte e Lazer
  - 3.6 Reforma Administrativa
  - 3.7 Reforma Tributária Estadual
  - 3.8 Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
  - 3.9 Ordem Moral, Ética e Cidadania
  - 3.10 Meio Ambiente
  - 3.11 Indústria e Comércio
  - 3.12 Agricultura, Pecuária e Agronegócio
  - 3.13 Habitação e Urbanismo

3.14 Energia e Telefonia

3.15 Ciência e Tecnologia

3.16 Transporte

3.17 Turismo

4. Equipe

5. Contatos

6. Considerações Finais

## 1. Apresentação do candidato

# ARAKEN BARBOSA DE FARIAS FILHO

Brasileiro, Casado, 51 anos

**Advogado OAB-RN 7769,**

Avenida Juvenal Lamartine, 800 – aptº 402 – Tirol – Natal – RN

Telefone: (84) 8875-5626 / 3611-1515 (comercial)

E-mail: [arakenfarias17@gmail.com](mailto:arakenfarias17@gmail.com)

## FORMAÇÃO

---

- Graduado em Direito pela FAL, em Natal, RN.
- Graduando em Administração de Empresas. UNP, 1997/2000.
- **Pós-graduado em Direito Processual Civil. META JURIS, conclusão em 2007.**
- **Pós-graduado em Ciências Forenses. GAMA FILHO,** em formação.
- **Especialização em Medicina Legal, FAL, conclusão 2007.1**
- Piloto Civil – Aero Clube da Paraíba, formação em 1989.

#### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

---

- **1978 – 1992 Socil – sociedade Comercial LTDA.**  
Cargo: Auxiliar de serviços gerais, Montador, Projetista, Vendedor, Gerente de Vendas.
- **1995/1998 – Klan – Moveis e Equipamentos LTDA.**  
Cargo: Gerente Geral
- **1998/2006 – Casa Nova Moveis e decorações LTDA.**  
Cargo: Sócio Gerente

#### EXPERIÊNCIA POLITICA

---

- **2004/2006 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário de Natal;**  
Cargo: Coordenador Jurídico do Programa NOSSO BAIRRO CIDADÃO;
- **2008 – Candidato a Vereador de Natal;**
- **2008 – Realização(Fórum sobre as Reformas Políticas);**
- **2008 – 4º ENCONTRO NORDESTINO DE PREFEITOS;**
- **2009/Em exercício – Presidente Estadual Do PSL-Partido Social Liberal.**
- **2010 /Em exercício - Articulação Política para o Nordeste da Executiva Nacional do PSL**
- **2011 /2013 – Coordenador Geral do Procon-RN**

## CURSOS e QUALIFICAÇÕES

---

- **2005 – I Fórum de Discussões Penais – SEGURANÇA PÚBLICA;**
  - II Fórum de Discussões Penais – **SISTEMA CARCERÁRIO;**
  - IV Seminário de Direito Penal – **PERICIA CRIMINAL;**
  - I Simpósio de Direito Constitucional/Controle da Constitucionalidade;

- IV Simpósio de Direito Criminal;
- Curso De Direito Processual Civil, abordando os temas “da Personalidade Jurídica e dos Negócios Jurídicos”;
- II Encontro Nacional de Legislação Tributaria;
- IX Congresso Brasileiro de Processo Civil e Trabalhista;
- Jornada de Direito Civil/Instituto Jurídico de Investigação Criminal;

- **2006** – Curso de Extensão/ Lei de Execução Penal;

- Curso de Extensão/ Elementos do Crime;
- VII Congresso Científico, apresentando os seguintes temas;

**Civil;**

- **Princípios Constitucionais do Direito Processual**

- **Investigação Criminal (ITEP);**

- **Perícia Criminal (ITEP);**

- **Criminologia Forense;**

- 6º ao 10º Programa Prefeitura nos Bairros (Supervisor das atividades Jurídicas);

- Dia do Ensino Responsável ( Direito Penal, Processual Penal e Prática Jurídica);

- **2007** – Curso de Extensão/ Lei de Execução Penal;

- Fórum de Discussões Penais – **LEI MARIA DA PENHA;**

- Fórum de Discussões Penais – **SEGURANÇA PÚBLICA;**

- Curso de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho;
  - VI Seminário de Iniciação Jurídica – CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL;
  - II Curso de atualização em escrituras Públicas de Separação, divórcio  
    - Inventario e Partilha;
  - II Encontro Nacional de Direito Público;
  - Seminário sobre Responsabilidade Civil;
  - 12º Programa Prefeitura nos Bairros;
  - Curso sobre “As Novas Reformas Processuais”;
- **2011** – Curso de Extensão/ Lei de Execução Penal;
  - Fórum de Discussões Penais – **LEI MARIA DA PENHA;**
  - Fórum de Discussões Penais – **SEGURANÇA PÚBLICA;**
  - Curso de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho;

## 2. Carta aberta ao Eleitor

O objetivo desta proposta corresponde à apresentação do PLANO DE GOVERNO para o Estado do Rio Grande do Norte, com vistas às eleições de outubro de 2014, para o cargo de GOVERNADOR 2015 – 2018.

Ao iniciar os estudos dos diversos problemas do Rio Grande do Norte e analisar as possíveis e múltiplas soluções para esses problemas, verifiquei a enorme responsabilidade de elaborar um plano que pudesse abordar todos os segmentos PRIORITÁRIOS do nosso Estado e, principalmente, apresentar uma solução exequível que contemplasse essencialmente o cidadão.

O principal propósito deste projeto é de servir ao povo do Rio Grande do Norte, neste sentido, coloco a minha experiência profissional, adquirida ao longo dos anos em empresas privadas e no serviço público, à disposição do povo do RN. Quero externar que, ao colocar o meu nome à disposição dos cidadãos do Rio Grande do Norte, assumo o compromisso de cumprir fielmente a nossa Constituição Federal e Estadual, mas, principalmente, com o compromisso de servir ao povo do Rio Grande do Norte.



### 3. Propostas

As propostas a serem apresentadas, seguiram o grau de necessidades prioritárias nos diversos serviços ou desserviços prestados pelos governos nos últimos 50 anos. A seguir, farei a apresentação por temas, apontando as soluções para os diversos problemas do nosso Estado.

Importante salientar que os temas SEGURANÇA, SAÚDE E EDUCAÇÃO, terão uma ordem cronológica de apresentação, porém todos os setores serão prioritários nessa proposta de governo. Farei uma abordagem específica de cada pasta e apresentarei uma proposta inédita, levando-se em conta os padrões de governabilidade (desgovernabilidade) atuais, revolucionando a administração pública do nosso Estado e, quem sabe, servindo de modelo para as gestões futuras.

Quando acima falei de transposição, quis dizer que a experiência privada pode ser transposta para o Estado, coibindo os abusos de poder dos gestores públicos contra os interesses dos cidadãos e das empresas e entidades de pesquisa, inovação e tecnologia norte-riograndenses, entre outros setores, baseada na criação de um conjunto de mecanismos, tanto de incentivo quanto de monitoramento, que assegurem o alinhamento dos interesses das duas partes: dos cidadãos e do governo. Esta é uma tendência

urgente a qual tenho consciência e de que exige uma missão de nosso governo na transposição dos conceitos de governança corporativa para o terceiro setor e o Estado.

Um exemplo: vamos implantar no nosso governo, dentro dos meios legais, a criação de vários Núcleos Privados de Fiscalização, que tenham a função de acompanhar e fiscalizar a eficaz alocação dos recursos do Estado dando máximo retorno dos tributos pagos. Onde haja conflitos de interesses dos contribuintes, que são os agentes outorgantes, este núcleo poderá emitir relatórios ao governador e aos órgãos de controle para que se tomem imediatas soluções pró-cidadãos contribuintes.

Existe claramente um descompasso entre o volume de recursos arrecadados pelo Estado e os benefícios sociais por ela proporcionados. Se o novo gestor do RN não tiver essa consciência, não saberemos onde podemos chegar: greves constantes e passeatas da população em protesto são avisos de que as coisas não andam bem. A divisão da riqueza está desproporcional: o Estado prevalece-se de benefícios, enquanto o povo fica à mercê, com os restos, tendo uma vida de sofrimento com um Estado hostilizador. Acho que os dois lados tem que andar bem: servidores comprometidos e motivados para prestarem um bom serviço à população e uma população que sinta esta mesma motivação de um Estado pensando na melhoria e bem-estar de todos, porém, temos que cultivar o sentimento de cidadania dos cidadãos e cidadãs em nossos municípios e áreas rurais.

Esta realidade parece estar bem distante, mas, se o futuro governador do Estado tiver CONSCIÊNCIA em sua mente de que é preciso tomar providências sérias urgentes no sentido acima descrito, poderemos começar a pensar num desenvolvimento sustentável e promissor a todos nós que fazemos o Rio Grande do Norte.

## PROPOSTAS DE GOVERNO:

# SEGURANÇA

### 1. Objetivo

Promover a segurança pública requer operações que apresentem uma unidade e que reproduzam certa regularidade com a visão focada em componentes PREVENTIVOS, REPRESSIVOS, JUDICIAIS E SOCIAIS. É um processo sistemático, onde necessita da integração de um conjunto de conhecimento e FERRAMENTAS ESTATAIS que devem interagir no mesmo propósito. Para fazer a Segurança de um Estado é preciso ter compromissos e objetivos concretos e otimizados, pois depende de decisões rápidas e eficazes, com medidas saneadoras e resultados imediatos.

Sendo a ordem pública um estado de serenidade e tranquilidade, em consonância com as leis e os costumes que regulam toda uma

sociedade, a prevenção deste direito do cidadão só será exercida se o conceito de segurança pública for aplicado.

Não adianta apenas tomar medidas administrativas, é preciso promover um trabalho de conscientização da população do poder de sua cidadania social, com base em nossa constituição, que cada indivíduo ou conjunto de pessoas pode exercer em nossa sociedade visando o direito à segurança pública, relativos ao bem-estar econômico e social, segundo os padrões prevaletentes de nossa sociedade.

## 2. Propostas

I – Concurso Público, ampliando os quadros de delegados, agentes, escrivães, agentes penitenciários, polícia técnica e científica e de militares;

II - Valorização das policiais, criando um plano de cargos e salários para todas as polícias e curso de capacitação permanente;

III - Integralização de todo os sistema de segurança do Estado;

IV - Modernização dos equipamentos de segurança, valorizando as atividades de inteligência, do policiamento preventivo e da polícia técnica e científica;

V – Construção de uma moderna unidade para o instituto médico legal/ polícia técnica e científica, com novos equipamentos e aparelhos periciais;

VI - Capacitar e qualificar os profissionais da área técnico-científica para estimular o trabalho de máxima qualidade;

VII – Reformar os presídios existentes (retirar fossas a céu aberto, reformar chão perfurado, telhas e paredes, reforço nas estruturas, aumento de celas), e construir uma unidade de prisão máxima, duas unidades provisórias e um CDP Centro de Detenção Provisório;

VIII – Construção de um presídio feminino;

IX – Construção de uma unidade para o menor infrator;

X – Monitoramento por câmaras de segurança em todo o Estado;

XI - Criação de barreiras alternantes nas fronteiras;

XII – Redefinição do policiamento e patrulhamento de bairros e áreas comerciais;

XIII – Criação de unidades de bairros. Ex; ocupação de Mãe Luiza;

XIV – Identificação biométrica de todos os presos, com fotos, qualificação;

XV – Identificação de todo o cidadão ao ser abordado pela polícia ou que comparecer às delegacias, com verificação da Polinter;

XVI – Ampliar o efetivo dos policiais militares nas ruas públicas retirando-os de todos os órgãos públicos onde fazem a segurança interna;

XVII - Construir colônias agrícolas para presos do regime semiaberto da grande Natal e de outras regiões, como em Mossoró;

XVIII – Implantar sistema de algemas eletrônicas para presos na saída temporária do semiaberto;

XIX - Criar um sistema de segurança policial interna e ao redor de cada escola (fiscalizar vendedores ambulantes ou qualquer tipo de pessoa suspeita), monitorizada, com a ajuda de cidadãos que queiram participar de nossas ações visando acabar por definitivo a disseminação de drogas e más companhias dentro e ao redor das escolas públicas.

## S Á U D E

***“Prevenção primária** é o conjunto de ações que visam evitar a doença na população, removendo os fatores causais, ou seja, visam a diminuição da incidência da doença. Tem por objetivo a promoção de saúde e proteção específica”.*

### 1. Objetivo

Implantar políticas públicas para promoção à saúde (incentivo à prática de atividade física e a alimentação saudável) para redução da exposição a fatores de riscos (controle do uso do álcool, fumo, uso abusivo de medicamentos) e a articulação dessas ações com a atenção básica, fortalecer a vigilância sanitária e a vigilância ambiental, Manter o combate sistemático das endemias e criar a Força Estadual de Saúde.

Para que essas ações sejam implantadas é necessário haver uma mudança na GESTÃO DA SAÚDE, com o efetivo controle nos gastos e investimentos, criando uma FISCALIZAÇÃO permanente. Apoiar a implantação de novos modelos gerenciais e administrativos, que atendam às necessidades da nova realidade. Assegurar a qualidade dos serviços de saúde e humanizar as relações e vínculos entre as pessoas, com a redução das filas e do tempo de espera e ampliação do acesso às ações e aos serviços (estratégias de acolhimento, reorganização dos fluxos internos das unidades).

Implantar um programa de reestruturação física das unidades de saúde em seus vários níveis de atenção, que supere a defasagem do padrão físico atual em relação às práticas modernas e humanizadas de atenção à saúde. Reestruturar fisicamente todas as unidades hospitalares de atenção especializada na área de urgência e emergência que são referência para o Estado. Levar o profissional médico aos municípios com carência deste profissional por meio de incentivos, associados.

## 2. Propostas

I – Esgoto Sanitário, esforço prioritário em sanear 100% com a redução drástica das fossas sépticas;

II – Preservação ambiental: Tratamento do Esgoto Sanitário;

III – Promover a cultura e conscientização da população quanto à limpeza ambiental;

IV – Nutrição: plano prioritário de conscientização da população da importância da forma correta de alimentação, base da nossa saúde, eliminando as doenças;

V – Criação do Hospital de Trauma: 01 em Natal, 01 em Mossoró;

VI – Cada escola terá um Posto de Saúde durante o período de matrícula para exames clínicos, odontológicos e nutricionais. Os alunos terão acompanhamento semestral bem como para seus pais, professores e todas as pessoas envolvidas até do próprio bairro, ou toda a comunidade;

VII – Campanha educativa sobre o câncer de cólon, câncer de mama, etc, mostrando que a prevenção não está diretamente nos exames preventivos, mas, principalmente, na alimentação correta;

VIII – Orientação sexual para se preservar das inúmeras doenças infecto-contagiosas e evitar a gravidez indesejada;

IX – Ampliação e recuperação de clínicas para recuperação das pessoas drogadas, promovendo a sua profissionalização;

X – Promover campanhas contra as drogas, o tabagismo e as bebidas alcoólicas;

XI – Recuperação e ampliação dos 23 (vinte e três) hospitais estaduais, com a criação de mais leitos hospitalares;

XII – Criação de um Hospital Geriátrico;



XIII - Recuperação e ampliação das Unidades de Referência;

XIV – Ampliar os serviços dos médicos cooperados;

XV – Instituir através de medida reguladora, o índice do Ph das águas de beber ofertadas no mercado para um nível benéfico ao corpo humano;

XVI – Ampliar a rede de laboratórios em saúde pública, principalmente, na constante análise da água potável utilizada nas cidades;

XVII – Tratamento preventivo contra os parasitas/vermes que habitam no corpo humano que causam todo tipo de doenças. Os parasitas não apresentam, na maioria dos casos, um diagnóstico positivo nos exames laboratoriais.

XVIII – Os medicamentos gratuitos fornecidos pelo governo serão distribuídos aqui no RN de fácil e rápido acesso às pessoas necessitadas podendo ser retirado em qualquer farmácia credenciada pelo Estado, evitando a perda de medicamentos como geralmente vem ocorrendo nas administrações públicas.

## ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL

### 1. Objetivo

A prevenção é a base da saúde das pessoas e, com isso, repercute na diminuição dos gastos do erário com a saúde pública. Tem um

ditado que diz: - “Você é o que você come”. Então, se você come mal, não tem orientação nutricional, falta educação de higiene, as doenças aparecem como a obesidade, hipertensão arterial, diabetes, doenças do coração, câncer e muitas outras.

Assim, vamos cuidar de nossas crianças em particular e do nosso povo conscientizando-os para um estilo de vida mais saudável, com alimentação do tipo mais natural possível e a prática de exercícios físicos, bem como amenizar o stress a que o sistema nos imprime.

Vemos nas ruas, pessoas obesas ou caminhando nessa direção e sabemos que, com uma alimentação bem orientada, podemos reverter esse quadro sem uso de remédios ou drogas.

Esse é o FOCO desse projeto: conscientizar e mudar a cultura das pessoas com base na alimentação nutricional natural, sem agrotóxicos, sem química, e a prática de exercícios físicos em todas as opções existentes.

## 2. Propostas

I – Combater o sobrepeso causador de inúmeras doenças, tão comum vermos hoje em dia ocorrer nas pessoas, inclusive as crianças, através de um plano de ação nutricional em todas as escolas e repartições públicas e também direcionando a informação para toda a população;

II - Nossa prioridade será a conscientização de todas as pessoas, da criança ao idoso, em todos os setores da sociedade da necessidade de uma boa e equilibrada nutrição;

III - A Nutrição Funcional no Brasil foi introduzida em 1999, com objetivo de **abordar, prevenir e tratar** desordens crônicas complexas por meio da detecção e correção dos desequilíbrios orgânicos. Com esta ótica, nosso governo irá promover cada vez mais o crescimento do número de cursos, com formação de profissionais dedicados e conscientes, de atualização continuada, na busca de caminhos para restauração da vitalidade positiva.

IV - Hoje, no Brasil, temos uma agricultura que utiliza pesticidas ou herbicidas (chamados de agrotóxicos), venenos nocivos ao ser humano, causando a mutação dos genes das células, levando ao câncer. Os pesticidas também contaminam o solo e os lençóis freáticos, as águas de rios e lagos, causando desertificação e contaminação do solo de modo permanente, matando a biodiversidade de plantas e animais da natureza. Também temos no Brasil o cultivo do milho, da soja e do algodão modificado geneticamente, os chamados “transgênicos”, que causam danos genéticos a nós ainda não de todo especificados pela ciência. Os grãos da lavoura transgênica não servem para o replantio da próxima lavoura, são sementes “mortas”, não germinam. Nos supermercados, os transgênicos vêm com uma logomarca “T”, inclusive existe uma proposta de lei para por os alimentos

transgênicos em prateleiras isoladas dos demais alimentos não transgênicos: todos esses tópicos entre outros serão ensinados e divulgados para toda a população a fim de conscientizar a todos, diminuindo consideravelmente, assim, o acúmulo de doentes nos sistemas de saúde;

V – Sabemos que problemas dessa natureza nos itens acima citados não é prioridade dos governantes, no nosso governo será, pois vemos esse caminho como uma grande ajuda na prevenção da saúde: vamos cuidar da saúde como prevenção em contrapartida teremos menos doentes;

## EDUCAÇÃO

*“Vamos premiar o mérito para reconhecer talentos e serem incentivados”*

*“O prestígio só vem com uma formação de alto nível”*

### 1. Objetivo e Proposta Básica

Acredito em escolas públicas de qualidade, exemplo de tantas por esse Brasil afora com médias superiores às escolas particulares. Aqui no RN as greves contínuas ano a ano num setor crucial como a educação não se pode conceber. Como um aluno da rede pública vai recuperar os meses perdidos de aula

a cada ano? Se juntarmos num mandato de 04 (quatro) anos de governo, perde-se um ano inteiro criando uma geração cuja cultura está fadada ao atraso e à ignorância, pois, o aproveitamento escolar é muito baixo. O exemplo que passamos aos menores em crescimento é de desrespeito ao futuro deles, e ao nosso futuro, ao futuro do RN. O exemplo deve vir de cima. Como os professores param todo ano para entrarem em greve por melhores salários? Como não se consegue resolver o problema antes da greve? A resposta é que faltam regras de GOVERNABILIDADE redutora de conflitos. Quais os motivos de ocorrerem essas greves ano a ano, a cada novo governo? Baixos salários? A verdade é que o Estado, superdimensionado, não se concentra no exercício de funções que, em essência, são de sua competência e responsabilidade como a Educação, aqui em exposição. É preciso a prática de gestão no alto interesse público aceitas pela sociedade. Hoje, temos uma combinação de instituições frágeis em suas administrações, crescimento econômico sacrificado, pois, quanto mais se arrecada impostos, maior é o desserviço à Educação no nosso Estado, e a burocracia contestada, que termina enfraquecendo o Estado.

*"Nos países avançados, seus planos de desenvolvimento para daqui a 20/30 anos é a formação de engenheiros, físicos e matemáticos: prioridade absoluta".*

O problema da educação em nosso Estado vem principalmente da má gestão pública pela incapacidade dos

gestores que, apesar do governador ser o responsável maior, devemos incluir todos os envolvidos no sistema educacional. Precisamos alinhar alguns conceitos básicos na EDUCAÇÃO de nosso Estado, citados abaixo de maneira clara e simples, que deva ser ampliado com a participação efetiva de todos que fazem a educação no RN:

- I. É preciso ter um ambiente na escola em que os alunos se sintam bem, e este sentimento vem quando começarem a perceber que estão realmente aprendendo, que suas notas estão melhorando, que começam a ganhar competições de estudo, que podem conseguir ser aprovados em qualquer faculdade, que podem ser o que quiserem. **“MOTIVAÇÃO”**
- II. Essa motivação acima só pode ser conseguida com a participação direta da diretoria e os professores de cada escola;
- III. As vagas dos alunos devem ser preenchidas por pessoas daquela localidade e os professores, de preferência, também. Não é uma regra, mas, o professor nativo tende a ser mais cooperativo;
- IV. É preciso **conscientizar** os professores e alunos que a educação pode transformar que pode acontecer uma grande diferença;
- V. É preciso que todos os professores se especializem nas universidades;
- VI. É preciso que os professores se reúnam e façam um pacto para tentar fazer uma escola de qualidade que consiga colocar os alunos

nas melhores faculdades da capital do estado: o maior desafio é fazer os alunos acreditarem nisso. No interior, temos alunos filhos de pais analfabetos, da roça, que só tem o que comer, a roupinha ruim, então, é preciso criar o sonho nessa meninada, que acreditem no sonho de chegar lá...

VII. MISSÃO DA ESCOLA: Eu não vejo uma missão maior para a escola do que compartilhar esse conhecimento para que a pessoa consiga encontrar o lugar dela no mundo;

VIII. Então, a escola, sim, é a grande mola propulsora que empurra as pessoas para a direção dos seus sonhos;

IX. Cada um deve fazer seu papel e faça isso com engajamento;

X. Vamos criar um sistema de meritocracia: quem conseguir maiores ou melhores notas de nossos alunos no ENEM, nas competições nacionais, ou que os alunos passem nos testes que faremos para avaliar o aproveitamento de cada aluno na escola, sim, haverá gratificações para esse professor, haverá reconhecimento, haverá divulgação desse resultado, com o maior orgulho e felicidade.

XI. Seja professor que você quer ser professor e não porque lhe falta opção na vida. Seja gestor porque você quer conduzir aquela escola proporcionando o melhor para o aluno, e não porque você quer fugir de uma sala de aula. Seja sistema porque você tem ideias para contribuir e quebrar os paradigmas que forem necessários;

XII. Quando o pessoal cair na real e perceber que não tem outra forma de se ter um futuro melhor sem ser pela educação, aí vai acontecer a grande diferença, a grande melhoria;

- XIII. Temos que implantar uma alimentação nutricional de qualidade para os alunos e criar pequenos postos médicos em cada escola à época das matrículas, fazendo um “check-up” das condições físicas dos alunos, de seus pais, parentes, enfim, todas as pessoas próximas ao aluno. Solicitando exames, parte odontológica.
- XIV. A administração de cada escola deverá cuidar da manutenção física da edificação, não pode deixar o teto cair, a goteira aumentar, o mato subir, a pintura suja, enfim, é preciso cuidar do prédio como se fosse seu. A informação chegando, a Secretaria tomará providências imediatas. Podemos convocar a comunidade, escolhida de cada localidade ou bairro, de pessoas que se predisponham a cooperar com a escola (chamar a sociedade para participar do processo). Criaremos uma verba anual específica para pequenas reformas (a prevenção e manutenção do imóvel), com base na dimensão do prédio, em que os serviços poderão ser feitos por empresas ou profissionais da própria localidade, que serão credenciados pela Secretaria;
- XV. Temos também que pensar nos pais dos alunos, na casa dos alunos que muitos deles, ao voltarem das aulas, encontram vários tipos de problemas e desordens em seu lar, é preciso ver um contexto geral. Estudos mostram que analfabetismo de adultos é o que tem maior influência na morte de crianças até 05 anos de idade. Os pais precisam tanto de apoio quanto os alunos, pois, muitos nunca obtiveram uma visão do Estado para consigo;
- XVI. A gestão pública da Educação em nosso Governo será feita por pessoas de carreira, sem interferência política, com visão sistêmica,



escolhidas por sua capacidade, comprometidas com o sentimento de cooperação, empenho, dedicação e forte determinação em melhorar a situação lamentável em que se encontra nossa educação no mais curto prazo possível, dentro de condições e metas de trabalho que serão determinadas e cobradas por nossa gestão de governo;

XVII. A ESCOLA TEM QUE ESTAR LIMPA, BEM ACABADA, PINTADA, PREPARADA PARA CRIARMOS A MELHOR EDUCAÇÃO PARA O NOSSO FUTURO;

XVIII. É preciso criar uma nova abordagem de ensino criando novas diretrizes curriculares complementares ao existente, dando prioridade para a educação Matemática, com um ensino teórico e outro com a aplicação prática da matemática nas coisas do dia a dia;

XIX. A matemática figura entre as quatro grandes áreas do conhecimento apontadas como fundamental, ao lado da nanotecnologia, tecnologia da informação e das pesquisas sobre cognição. São elas quem vai puxar o desenvolvimento da humanidade daqui para frente. A matemática dá o impulso às outras três.

XX. Criar um sistema de segurança policial interna e ao redor de cada escola (fiscalizar vendedores ambulantes ou qualquer tipo de pessoa suspeita), monitorizada, com a ajuda de cidadãos que queiram participar de nossas ações visando acabar por definitivo a disseminação de drogas e más companhias dentro e ao redor das escolas públicas.

Assim, junto a esse “empurrão” motivacional, daremos condições físicas e materiais para a manutenção das escolas... E, onde buscar esses recursos? Ele está dentro da arrecadação tributária que cresce todo ano, ele está na economia dos gastos mal direcionados, ele está no drástico enxugamento das estruturas improdutivas do Estado, o Estado é superdimensionado, será gerida pelas regras de boa governança, redutora de conflitos e de custos, sendo a via democrática de reconstrução do Estado sancionada por propósitos republicanos, jamais a implantação de estruturas autocráticas de poder. Podemos aproveitar a “caduquice” de nossa constituição estadual e atualizá-la nos mais modernos modelos de gestão.

## 2. Propostas Complementares

I – Escola média: Repassar para os municípios – que deverão seguir as regras da nova administração - verbas para as escolas fundamentais, que poderão ser aditadas com a consequente melhoria do ensino, monitorado através de acompanhamentos por comissões especializadas;

II – Universidade da UERN: Federalizar esta universidade;

III – Nas escolas médias, serão inseridos cursos técnicos profissionalizantes básicos vocacionais, buscando incentivar o estímulo ao trabalho;

IV – Analisando caso a caso, Postos de Saúde poderão ser transferidos para terreno da escola que tenha essa disponibilidade;

V – Exames médicos dos alunos serão feitos 02 (duas) vezes ao ano;

VI – Os cursos técnicos básicos que serão ministrados: Informática, Corte e Costura, Culinária, Eletricista, Encanador, Pedreiro, entre outros.

VII – Vamos buscar parcerias com Sesi / Senai, Escolas Técnicas, Senac, Universidades, buscando todos na parceria de proporcionar nas escolas médias cursos técnicos profissionalizantes;

VIII – Na área rural, em parceria com a Emater, vamos implantar para os alunos cursos básicos voltados para a agricultura com técnicas de plantio com sistemas agroecológico, técnicas para convivência com a seca, inclusão digital, entre outros;

IX – Implantar bibliotecas em todas as unidades de ensino, que ainda não dispõe desse bem literário, e ampliar/renovar as já existentes;

X – Construção de Centros Esportivos;

XI – Vamos planejar todas as formas e conceitos que regem a administração e processos da educação em nosso Estado, que tem um modelo FALIDO, com resultados pífios, de forma que possamos tomar medidas efetivas, fortes e corajosas para darmos um rumo certo e definido na melhoria de nossas escolas, professores e alunos;

# CULTURA, ESPORTE E LAZER

## 1. Objetivo

Promover a difusão, a fruição e a apropriação do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Norte, aplicando ações de pesquisa, preservação e comunicação, visando à inclusão e ao desenvolvimento sociocultural.

Promover o esporte não apenas para o alto rendimento, mas também para o esporte enquanto uma estratégia de desenvolvimento humano por meio de projetos educacionais ou aqueles com foco na inclusão social, buscando como complemento, o apoio através a Lei de Incentivo ao Esporte que permite às empresas destinarem até 1% do seu Imposto de Renda para financiar projetos esportivos.

No item lazer, há aspectos culturais e educacionais importantes que devem ser potencializados na prática do lazer, especialmente quando o articularmos com o espaço escolar. Vamos nos mobilizar para garantir a promoção do lazer em nosso Estado.

## 1. Propostas

I – Incentivar a música popular apoiando os artistas locais e na música erudita a orquestra sinfônica do RN e outros afins. No teatro, na literatura, no artesanato, no folclore, na arte plástica, vamos promover o crescimento cultural em nosso Estado;

II – No esporte, vamos promover um campeonato estadual de futebol de campo sub 15 (infanto-juvenil) e sub 17 (até 17 anos), com a final no estádio Arena das Dunas;

III – Vamos promover outras modalidades esportistas como esportes de quadra, natação, desportistas de nosso Estado em outras áreas que possam vir a representar bem o RN nas competições nacionais e internacionais;

IV – Vamos criar e ampliar oficinas esportivas, de capoeira, de teatro e dança, brinquedotecas, gincanas, jogos, ginástica, xadrez e muitas outras atividades;

V – Acompanhamento, Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de todas as ações de Cultura, Esporte e Lazer;

VI – Relacionar o Perfil e Formação dos Agentes Comunitários e a Organização do Trabalho Pedagógico;

VII – Práticas de Ciência, Tecnologia e Informação para o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

VIII – Criar aulas de técnicas de relaxamento, posturas, alongamentos, reforço muscular e mental, através da ioga, pilates, erp, entre outras, para todas as faixas etárias;

IX – Reformar e por para funcionar o Centro de Esportes de Candelária, já há bastante tempo sem uso;

XI – Cultura pela PAZ: O foco das ações, que também incluirão organizações não governamentais, será voltado para a promoção da cultura pela paz dentro e fora dos ambientes escolares, resgatando a preservação e a importância da ação familiar, apoiando a educação que a escola destina aos jovens;

XII – Apoiar e incentivar o carnaval, concursos de beleza, a culinária, o folclore, a festa do Boi, o Festival Gastronômico de Martins, o bordado seridoense, as Associações de Danças Antigas e Semidesaparecidas Araruna, entre tantas outras;

XIII – Tratar dos museus, centros culturais e bibliotecas, apoiar a Estação das Artes Elizeu Ventania em Mossoró e Mercados de Artesanato;

XIV – Apoiar a modernização e divulgação do Complexo Cultural da Zona Norte;

XV - Práticas corporais da Medicina Tradicional Chinesa;

XVI – Criar a escola de cinema e teatro;

XVII – Construção de 02 parques aquáticos e temático;

## **REFORMA ADMINISTRATIVA**

### **1. Objetivo**

A finalidade da Reforma Administrativa é obter uma Administração Pública eficiente que assegure uma sociedade participativa, de princípios legais e morais. Quando se pensa em reforma, pretende-se que os serviços públicos sejam mais operacionais, orientados para resultados e com enfoque no cidadão.

Para uma efetiva reforma administrativa é necessário a desburocratização dos Setores Públicos colocando a Administração Pública a serviço do cidadão.

A Reforma Administrativa visa primordialmente ouvir o contribuinte, o cidadão, o empresário, a população em geral de todos os reclames colocando um serviço público que atenda com máxima eficiência a população para que seja corrigido o funcionário público que não atenda bem ou preste um mau serviço, Mas, também, que possamos proporcionar um ambiente de trabalho propício a todos, para isso, é preciso melhorar otimizando a sequência dos processos e procedimentos para agilizar os resultados.

## 2. Propostas

I – Reforma Salarial, Sistema de Carreiras e Melhorias das Condições de Trabalho para todos os servidores do Estado;

II – Profissionalização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores públicos, utilizando a escola de Governo com cursos de treinamento e capacitação técnica voltada para os diversos segmentos;

III – Redução de 70% (setenta por cento) dos cargos comissionados, priorizando a capacitação e experiência técnica e/ou administrativa comprovada para ocupar os 30% (trinta por cento) dos demais cargos;

IV – Redução do custeio do consumo interno no mínimo em 30% (trinta por cento). Exemplo: redução de gastos com aluguéis e materiais de consumo;

V – Criar um controle antecipado de fiscalização das compras de materiais, serviços e obras do Estado, visando maior eficácia, transparência e legalidade dos processos;

VI – Estratégia de Combate à Corrupção: Para a redução de oportunidades da prática de atos corruptos, serão concentrados esforços de luta contra esta epidemia, como por exemplo, através da simplificação de procedimentos, aumento da capacidade de controle a todos os níveis com envolvimento direto do setor público, setor privado e da sociedade civil em geral;

VII – Desburocratização do serviço público: a desburocratização visa a melhoria, simplificação e modernização dos serviços públicos. Por exemplo, para facilitar a vida das pessoas e reduzir a interferência excessiva do Estado no campo social e económico, é imperioso descentralizar decisões, conter o exagero regulamentar, eliminar controles inúteis e atribuir validade às declarações das pessoas, até prova em contrário, quer dizer, desburocratizar não é racionalizar nem reorganizar só, é preciso aperfeiçoar o funcionamento interno da máquina administrativa, garantindo o



respeito à dignidade e à credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão burocrática;

VIII – Governança Participativa: criar um ambiente em que permita a participação da sociedade na governabilidade. A participação social é um dos pilares que levam à governança participativa, obviamente, na capacidade de gestores públicos promoverem a abertura necessária a que esta participação se concretize e os conselhos gestores se constituam num espaço onde o debate sobre os caminhos do desenvolvimento possa ser efetivado;

IX - Reforma das secretarias;

X - Minimizar O&M, reduzir espaços com novos layouts, reformular e agilizar processos, otimizar comunicação, aproximar secretários e governador, reduzir Icms no combustível avião e gás paulatinamente,

- Reduzir custos operacionais, materiais de consumo: café, açúcar, carros, combustível, energia, papel, material de expediente em geral, entre tantos outros.

## REFORMA ADMINISTRATIVA DO PROCON

### 1. Objetivo

O Programa de Orientação e Proteção do Consumidor – PROCON foi criado, em 08 de janeiro de 1997, pela Lei nº. 6.972, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania da Justiça e da Cidadania, como uma Coordenadoria se reporta diretamente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Dada a relevância das atividades do PROCON e a intenção do Governo de intensificar e disseminar a atuação do Estado na proteção e defesa do consumidor, a adequação de seu modelo jurídico-institucional torna-se condição fundamental para que aquele órgão disponha de estrutura organizada e bem equipada para a prestação de serviços dentro de modernos padrões de eficácia.

A proposta tem por objetivo a alteração do atual modelo de gestão do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor – PROCON, de forma a atribuir autonomia administrativa e financeira que lhe garanta poder executar com eficiência suas atribuições.

Desse modo, a atuação do Estado do Rio Grande do Norte, no campo da orientação e proteção do consumidor, poderá igualar-se ao ótimo padrão da prestação deste tipo de serviço, já observado em outros entes federativos.

## 2. Propostas

O PROCON – RN prestará apoio técnico, jurídico e administrativo ao Conselho Estadual de Orientação e Proteção ao Consumidor, órgão colegiado consultivo do SEDC.

I – planejar, coordenar, regular e executar a política estadual de proteção e defesa do consumidor;

II – estabelecer diretrizes para os Núcleos Regionais e os Municípios conveniados, buscando de forma permanente e contínua a orientação técnica e legal, a uniformização e padronização do atendimento ao consumidor;

III – receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;

IV – prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias, bem como os seus deveres;

V – desenvolver programas educativos, estudos e pesquisas na área de defesa do consumidor, informando, conscientizando e motivando o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

VI – mediar soluções negociadas entre fornecedores e consumidores;

VII – estimular os fornecedores a aperfeiçoarem os seus serviços de atendimento aos clientes como forma de solucionar as questões oriundas das relações de consumo;

VIII – solicitar a polícia judiciária a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;

IX – representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

X – levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

XI – solicitar, quando for o caso, o concurso de órgão e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade, qualidade, pesos e medidas, bem como segurança dos produtos e serviços;

XII – incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a criação de órgãos públicos estaduais e municipais de defesa do consumidor e a formação, pelos cidadãos, de entidades com esse mesmo objetivo;

XIII – fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

XIV – solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica – científica para a consecução de seus objetivos;

XV – celebrar termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

XVI – promover a defesa coletiva do consumidor em juízo, nos termos do art. 82, III, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

XVII – elaborar e divulgar o cadastro estadual de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, a que se refere o art. 44 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

XVIII – gerir os recursos provenientes do Fundo Especial de Apoio ao Programa de Proteção ao Consumidor – FEPROCON, criado pela Lei Estadual nº 2.592/96 e regulamentado pelo Decreto nº 23.645/97, velando pela correta aplicação dos valores às finalidades para as quais foi criado o Fundo;

XIX – desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

XX – Construção de um prédio sede do PROCON e construção de Escola de Defesa do Consumidor;

O PROCON – RN atuará diretamente ou por intermédio de instituições públicas ou privadas, quando cabível, mediante contratos, convênios ou concessão de auxílio, sempre observada a Lei Federal nº 8.666/93.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### 1. Objetivo

Convocar todos os setores do governo, das federações e associações, estudiosos do assunto, outros interlocutores interessados para formatarmos um plano de ações mutáveis e adaptáveis para delinear uma reforma tributária estadual, mesmo que sejam pontuais.

O Estado é um eficaz arrecadador de impostos, porém, na outra ponta, gasta mal e presta serviços de baixa qualidade, no geral, à população, além de gastar nossas divisas com compras externas por falta de quem produza aqui dentro do Estado, por falta total de uma política de industrialização e de outras medidas catalizadoras do desenvolvimento econômico.

Entre o ano de 2000/2013, o RN teve uma variação real positiva de 78,91%, segundo estudo do Sindfern, que também cita: em termos absolutos, a receita originada do ICMS passou de R\$ 1,7 bilhão em 2000 para R\$ 4 bilhões em 2013, crescimento real de 124,84%.

Por mais que venha crescendo a arrecadação de impostos, os gastos de cada governo sobem numa proporção maior ainda, além da aprovação por parte do legislativo de empréstimos financeiros de alta monta, dando como garantia real os melhores prédios e terrenos do patrimônio público. O objetivo é justificado, porém, se tivéssemos saldos positivos nas contas do Estado, poderíamos nós mesmos bancar grande parte das necessidades dos investimentos sociais.

## 2. Propostas

I - Redistribuir o Icms a todos os municípios;

II - Tributar em menor escala os Bens de Consumo e da Produção, pontualmente;

III – Rever os procedimentos da antecipação do Icms sobre matérias-primas da produção, caso a caso, inclusive, revendo a

cobrança sobre as perdas que ocorrem em determinadas matérias-primas durante o processo produtivo;

IV – Adotar o ICMS VERDE;

## ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO, RENDA

### 1. Objetivo

I – Através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, organizar ações da assistência social em dois tipos de proteção social: A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio de oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos;

II – Desenvolver políticas adicionais ao Programa Bolsa Família;

III – Promover a capacitação e qualificação profissional, com especial atenção às famílias do Programa Bolsa Família;

IV – Aumentar o nível de emprego e renda como consequência da política de desenvolvimento industrial, comercial e de turismo,

prioridade em nosso Estado de uma vez por todas e do fortalecimento do ensino básico e fundamental;

V – Trazer as pessoas que vivem trabalhando nas ruas, nos sinais de trânsito da cidade, símbolo de nossa ingerência social, para as escolas, dar-lhes uma formação profissional e apoio social, pois são pessoas que querem trabalhar, apesar de todos os obstáculos que a sociedade ocasionou-as;

VI – Disseminar fortemente a educação alimentar nutricional base de nossa saúde, em todos os níveis sociais, reduzindo gastos com a saúde pública pela queda das doenças, melhorando a cognição mental das pessoas;

VII – Para garantir a força de trabalho é preciso criar cursos técnicos, instruir as pessoas e o Estado precisa priorizar essas ações de forma efetiva, simples e direta, buscando parcerias e soluções práticas e rápidas para que consigamos a médio tempo reverter o atraso em que nos encontramos;

VIII – Planejar estratégias para a criação de empregos como, por exemplo: catalogar os principais produtos que são comercializados aqui no RN, oriundos de outros Estados ou país, e passar a produzi-los aqui mesmo. Vamos estudar caso a caso e, sendo economicamente viável, o Estado irá patrocinar o maquinário em consignação e matérias-primas para uma seleção de empresários. Faremos parceria com o Sebrae, o Sesi/Senai, o Senac, outros,



para cursos de formação de pequenos empresários tipo o Empretec e formação de técnicos capacitados. Esta é uma medida pró ativa que gera emprego, renda, elimina a perda de divisas e gera impostos que ficam no Estado. Faremos uma “ponte” entre indústria e comércio para adquirir os produtos feitos aqui e buscar os mercados externos. Nossa meta é abrir ou ampliar 300 empresas de produção industrial nesses 04 (quatro) anos vindouros criando 900 empregos diretos, gerando uma diminuição de R\$ 4 milhões/ano em perda de divisas (recurso a mais que fica circulando dentro no RN);

IX – Para funcionar o plano acima, é preciso áreas de trabalho propícias, para isso será criado pequeno distritos industriais para que haja um núcleo de atividades correlatas. Ex: um centro de usinagem mecânica pode servir ao micro e pequeno empreendedor;

X – Difundir a cultura dessas atividades de produção por todo o interior do Estado, inclusive incluir no currículo escolar para formação consciente, pois, hoje temos uma mentalidade de atraso com relação à industrialização, principalmente no que se refere aos políticos atuais que não demonstram nenhuma sensibilidade nesse sentido;

XI – Reformar o CAIC e o Ginásio do DED para ser um centro de excelência esportiva;

# MEIO AMBIENTE

## 1. Objetivo

Apoio a iniciativas para convivência sustentável com a semiáridade ampliando o conhecimento para as ações de adaptação e mitigação frente ao quadro de mudanças climáticas para o enfrentamento da seca e o combate à desertificação. Apoiar projetos voltados para a adaptação e a mitigação às mudanças climáticas.

Como um Projeto de Prática Ambiental, pretende-se não somente apontar problemas, mas principalmente ser parte ativa da solução, e por isso desenvolvermos um caminho claro para sua implantação. Implantar práticas ambientais na escola e na comunidade, de forma a auxiliar na formação de indivíduos multiplicadores para a comunidade. Despertar a consciência crítica sobre as graves questões ambientais que envolvem o lixo produzido na escola e no bairro;

## 1. Proposta

I - Investir em programas de Educação Ambiental;

II - Desenvolver programas de Gestão Ambiental;

III - Abordar os maiores problemas do Estado (saúde, água, energia, alimentos) sob a óptica das questões de meio ambiente;

IV - Criar facilidades (linhas de crédito, prêmios, contratos e compras) para as indústrias que atuarem adequadamente do ponto de vista de meio ambiente;

V - Estabelecer parques e reservas no âmbito estadual;

VI - Criar uma estrutura organizacional de Meio Ambiente;

VII - Interiorizar estruturas e ações na área de meio ambiente;

VIII – Desonerar o Icms do gás natural para a indústria de panificação e da cerâmica, com o objetivo de acabar definitivamente a extração de madeira para alimentar os fornos e, conseqüentemente, contribuir para estancar o processo de desertificação e poluição do ar.

## ORDEM MORAL, ÉTICA E CIDADANIA

I - Visa o aperfeiçoamento do comportamento do indivíduo à realização do bem. Dirige-se ao aperfeiçoamento do indivíduo. A consciência de um homem de bem é mais exigente do que os regramentos fixados pelo legislador. O indivíduo como pessoa tem mais deveres do que o indivíduo como cidadão;

II – Implantar na rede de ensino e no serviço público, a prática de conscientização nas pessoas, nos jovens e nas crianças, do que representa a Moral e a Ética no seu dia a dia;

III - A moral é o conjunto dos nossos deveres, das obrigações ou das proibições que nos impomos, independentemente de qualquer recompensa ou sanção esperada, e até de qualquer expectativa. É o conjunto do que vale ou se impõe, incondicionalmente, para uma consciência. Ser moral é cuidar do seu dever;

IV - A moral nunca é para o outro, para o vizinho, para o próximo. É para si. Ao pretender impor a minha moral ao outro, eu não estou sendo moral, mas moralista;

V – Criar um Código de Ética e Moral no serviço público para servir de norte à prestação de serviços de qualidade que pretendemos impor. Se a lei tem sua atuação lenta, um código de ética versará sobre as irregularidades ou abusos que houver do serviço público, divulgando os maus atos e seus infratores que tanto desumanizam a população. Trata-se de um julgamento moral, não de uma sentença judicial.

VI – A cada greve que ocorre ano a ano no setor de educação em nosso Estado, é uma falta moral com nossas crianças e toda a população. Um desrespeito e uma desconsideração total, direta e coletiva com nosso desenvolvimento moral, econômico e social;

VII – Cidadania: o povo precisa exercer sua cidadania, mas, ele não sabe o que isto significa. É preciso disseminar na sociedade, é preciso ensinar nas escolas ano a ano, colocar no inconsciente coletivo seus direitos à cidadania, buscar o bem estar social, ter canais para expressar seus pensamentos e opiniões. Direito à

justiça, de propriedade e de cumprimento de contratos já são práticas em vigor, mas que precisam ser sempre divulgadas à população, ensinadas às novas gerações que vem surgindo com baixa escolaridade face ao descaso de nossos anteriores governos, que querem exatamente manter esse baixo nível de estudo para se perpetuarem no poder.

VIII – A juventude, as mulheres, a igualdade racial, as pessoas com deficiência (inclusive os desportistas que só são vistos durante as olimpíadas, depois são completamente esquecidos pelo Governo) e os idosos terão seus direitos preservados e fortalecidos com uma política que melhore a situação de todos, sendo, para isso, criado um canal de ouvidoria que escute todos os anseios e problemas de cada um e que sejam resolvidos de forma rápida e sem protelações tão comuns ao serviço público que trata com descaso as pessoas comuns.

IX – Sabemos que todos os direitos às pessoas acima descritas e aos cidadãos em geral funcionarão se houver uma disposição real dos governantes no sentido de impor um serviço de qualidade, de qualificar o servidor público, de sair desse apadrinhamento político tão nefasto à sociedade, pois tão somente manter grupos políticos no poder encaminhando pessoas sem capacidade técnica e moral para assumir cargos públicos.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## 1. Objetivo

Criar um ambiente propício ao crescimento – neutralizando a comum hostilidade - implantando a cultura da industrialização sustentável com responsabilidade social visando atender à demanda interna do RN, com projetos macro e microeconômicos. Mapear nossas aptidões produtivas humanas já existentes em oficinas mecânicas, eletromecânicas, metalurgia, gesso, alumínio, ferro fundido, estruturas metálicas, entre outros segmentos, e capacitá-las dando condições de crescimento apoiando os negócios das indústrias locais. Uma segunda etapa natural é a exportação: buscar exportar, diminuir as importações no RN. O desenvolvimento de empresas locais aumenta o nível de emprego, renda, arrecada mais impostos e diminui a perda de divisas, gerando superávit na balança comercial e aumento da confiança de investidores para novos negócios no RN.

*“Vamos criar a cultura da industrialização em nosso Estado”*

## 2. Propostas

I – O nosso governo dará prioridade e condições financeiras para implantar uma política de desenvolvimento industrial do Rio Grande

do Norte através do SEDEC, em parceria direta com a FIERN, FAPERN, FECOMÉRCIO, CDL e o SEBRAE, entre outros. O SEDEC será uma secretaria de grande importância no nosso governo pelas prioridades de suas ações e planos de negócio;

II – PÓLOS INDUSTRIAIS E MICRO PÓLOS: A primeira ação será a busca de ações para a instalação de infraestrutura dos distritos de Macaíba, o DIN de Natal e o DIM de Mossoró (criar um Micro Pólo Industrial para 40 novas pequenas indústrias), São José de Mibipú, entre outros. Esta ação básica de infraestrutura servirá para atrair investimentos locais, nacionais e estrangeiros, recursos humanos, sustentabilidade, tecnologia e inovação;

III – Criar um ambiente político e econômico propício ao desenvolvimento industrial. A indústria precisa ser prioridade absoluta no nosso governo com a participação direta de todos os envolvidos, sejam de origem pública ou privada, nesse processo;

III – Nosso governo garantirá a segurança jurídica dos contratos;

IV – Desburocratizar os setores de regulação do Estado para facilitarem o investimento e incentivar o empresário, exatamente o contrário é o que ocorre em nosso Estado tendo governantes insensíveis aos apelos e pedidos de socorro dos empresários;

V – O investimento na indústria e comércio além de gerar emprego e renda, faz crescer exponencialmente a arrecadação de impostos,

portanto, o governo tem que ser parceiro nos negócios das empresas instaladas no RN, esta é a minha visão;

VI – Cada máquina fabril que entra em nosso Estado é um patrimônio que vai gerar riquezas aos nossos cofres públicos e à população em geral, portanto, precisamos de investimentos industriais;

VII – A FIERN lançou um plano de industrialização que servirá de “norte” à nossa política industrial considerada totalmente inconsistente na atualidade por empresários locais. A empresa Guararapes está se transferindo aos poucos para o Ceará por considerar aqui no RN, sua terra de origem, um ambiente hostil. Prometo mudar essa visão criando um ambiente altamente propício aos empresários, sejam de qualquer tamanho, com ações efetivas, sem delongas, com inteligência, que visem o imediato rumo correto;

VIII – É preciso também investir na logística seja nas estradas, portos e vias férreas, com tantos projetos já estudados sobre o assunto. O problema é que as coisas acontecem muito lentamente, não há interesse político decisivo como será no nosso governo: vamos buscar os recursos, vamos criar novos recursos, vamos buscar parcerias, vamos por mais recursos no orçamento estadual;

IX – A indústria precisa também pensar nas necessidades locais para deixarmos de comprar fora do Estado produtos com valor



agregado, jogando fora nossas divisas conquistadas com as exportações de matérias primas básicas e primárias;

X – E assim, queremos formar um centro de ideias, composto por estudiosos do setor, professores das universidades, grupo representativo de empresários de diversos setores, e outros, todos buscando soluções e ações práticas que tragam desenvolvimento sustentável à nossa região;

XI – O desenvolvimento tem que estar atrelado aos cuidados do meio ambiente, destino dos resíduos sólidos, com responsabilidade socioambiental;

XII – INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - Vamos buscar/achar, como se procura por craques no futebol, empresários que apresentem um currículo propício no seu segmento de mercado de atuação, com histórico pertinente, com uma estrutura fabril já em funcionamento, com fornecedores e fornecimentos comprovados, que o governo poderá fazer parcerias facilitando/buscando a atração de investimentos em sua fábrica seja através de financiamentos para aquisição de novas máquinas, construção de novos galpões com estruturas propícias, bem como técnicas de inovação nos processos e planos de expansão de vendas, via marketing planejado. O Estado entraria no negócio subsidiando máquinas fabris em consignação, por exemplo, que seriam pagas num prazo médio/longo ou podendo ser direcionada a outra empresa do mesmo setor.

Nossos pequenos empresários do RN tem uma distância econômica e tecnológica muito grande em relação aos empresários dos grandes centros industriais, por isso, o Estado sendo a maior “empresa”, digamos assim, em nosso Estado, tem a obrigação de promover o “salto” das empresas industriais que realmente tenham condições – que serão bem avaliadas previamente – de alavancar a produção de produtos que em sua maioria são importados de outros Estados. Com medidas pró ativas, podemos reverter com inteligência a enorme perda de divisas, emprego e renda que geramos lá fora em função de nossa inapetência fabril.

XIII – Criar uma Organização Social para buscar constantemente Programas de Inovação Tecnológica para nossas empresas e novas empresas, com busca de recursos em organizações mundiais e em outras fontes, para a criação de laboratórios, estruturas fabris, etc;

XIV – Nosso governo acredita e seguirá os rumos traçados por um estudo realizado pela FIERN na criação de uma política de industrialização do RN com visão de longo prazo, mantendo a sustentabilidade do meio ambiente. Faremos com toda a força e esforço a busca de resultados benéficos às pessoas do nosso Estado;

XV – Energia Eólica: O RN tem posição de destaque na energia eólica localizados em Rio do Fogo, Guamaré, Macau e Areia Branca, além de Parazinho, João Câmara e Pedra Grande. Vamos

criar uma política de incentivos capaz de atrair fabricantes de peças eólicas estimulando a criação de uma cadeia produtiva: uma política de curto prazo para atração das indústrias do setor. Em paralelo, vamos buscar algum tipo de compensação tributária como a criação do Icms Ecológico, pelo desenvolvimento de ações de conservação ambiental. Outro ponto é cobrar da Chesf a implantação das linhas de transmissão.

**Reduzir o ICMS da energia elétrica para as indústrias e grandes estabelecimentos.**

XVI – Vamos investir na participação constante das indústrias norte-riograndenses em participação nas feiras de cada segmento no âmbito regional, nacional e internacional, buscando o apoio da FIERN e do Sebrae, entre outros;

XVII – COMÉRCIO DO ALECRIM: Buscar soluções para os problemas básicos do comércio que ocorrem, por exemplo, no bairro do Alecrim: a questão das barracas nas calçadas, criar centros comerciais para os camelôs, cuidar da falta de esgotos e áreas pluviais, ouvir as reclamações da população local, enfim, transformar e revitalizar o bairro do Alecrim por ser uma importante área comercial e grande recolhedor de impostos no RN. Traremos as associações locais, a Fecomércio, os comerciantes em geral para estudarmos junto com o governo estadual essas soluções;

XVIII – E assim seguir o mesmo exemplo acima do Alecrim para outras áreas importantes do comércio em nosso Estado como o comércio de Parnamirim e da nova Parnamirim, de Mossoró, priorizando locais de maior concentração de lojas comerciais e movimentação de pessoas;

XIX – Criar um plano de ação na CAERN para reduzir a perda de 50% das águas tratadas em Natal para quase zero por cento. Não é possível haver perdas tão grandes desse bem tão precioso que é a água potável, que falta em grandes partes do mundo, inclusive em nossos sertões;

XXI - Indústria movida à lenha no RN: panificação e confeitaria de Natal/RN caracterizada pelo alto consumo de lenha como fonte de energia, aproximadamente 76% ainda utilizam a lenha como combustível (CTGÁS, 2000). Vamos estudar um modelo de intervenção de políticas governamentais aliadas às estratégias de marketing, enfocando os benefícios ambientais. O marketing ambiental aparece como uma ferramenta para auxiliar essa mudança. Num universo estimado de 200 indústrias cerâmicas no RN apenas 02 (duas) cerâmicas usam gás natural, as demais são à lenha. MEDIDAS: Vamos achar uma fórmula conjunta para reverter esse processo à lenha, pois temos gás natural que muito se perde dia a dia pelo desuso, buscar o lcms verde pela contribuição ambiental previsto em lei. Além das empresas se prevenirem das leis ambientais, promoveremos a industrialização local do sistema

de instalação do gás criando uma cadeia produtiva cuja demanda justifica.

## AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO

### 1. Objetivo

Apoio a iniciativas para convivência sustentável com a semiaridez ampliando o conhecimento para as ações de adaptação e mitigação frente ao quadro de mudanças climáticas para a adaptação sustentável das consequências da seca e o combate à desertificação Apoiar projetos voltados para a adaptação e a mitigação às mudanças climáticas.

Ouvir as reivindicações dos produtores, plantadores e pescadores do RN e, estudando caso a caso, tomar medidas efetivas e rápidas consistentes - não podemos esperar mais – que visem minimizar, pelo menos, os problemas menos complexos de imediato e traçarmos, em conjunto – vamos trabalhar junto com os empresários via suas entidades representativas criando comissões público-privadas – planos e projetos a se cumprirem.

Juntos, vamos criar uma política agro-industrial no RN.

## 2. Propostas

Nos itens abaixo, expomos nosso planejamento na agricultura do RN:

I – Buscar uma sincronia com todos os órgãos envolvidos na agricultura como a Semarh, Idema, Incra, Emparn, Emater, Seara, Sape, Serviço Florestal Brasileiro, Ibama, Ministério de Meio Ambiente e sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Buscaremos também parcerias com indústrias de alimentos entre outros segmentos, que investem no planejamento agrícola. Essa é uma forma de conseguirmos subsídios para os custos de implantação dos cadastros e os estudos de dados;

II – Programar o mapeamento dos imóveis rurais em busca da regularização ambiental das propriedades por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR);

III - Desenvolver o mapeamento das propriedades para termos uma base de dados consolidada como o uso do solo, disponibilidade hídrica, da biodiversidade, bem como atividades de Pagamentos por Serviços Ambientais e técnicas aplicáveis para a restauração de áreas degradadas. Teremos uma avaliação de áreas-chave em cada município, quanto ao seu potencial e à sua aptidão para implantar as melhores práticas agrícolas. Esperamos mitigar impactos ambientais da atividade econômica, além de orientar a logística de futuros investimentos;

IV – Com o planejamento acima vamos dar um grande salto para o desenvolvimento sustentável ao longo de novos corredores de exportação e abastecimento local, minimizando a perda constante de divisas. Planejar os investimentos logísticos para escoar o aumento da produção agrícola que iremos atingir, sendo imprescindível uma atuação responsável e em linha com as novas diretrizes da legislação ambiental;

V - Ampliar em muito mais a agricultura agroindustrial sem agrotóxicos (mercado de alto valor agregado e dentro das futuras concepções de vida saudável), tratando da irrigação como meio desse desenvolvimento, envolvendo a Emater e órgãos do governo federal;

VI – Garantir a alimentação dos animais durante grandes períodos de seca: são notórios os problemas alimentares, especialmente nos períodos prolongados de seca. A administração de feno é uma das alternativas mais viáveis para os sistemas de produção.

A fenação é um processo simples e econômico, sendo recomendável porque oferece algumas vantagens. Sua execução não apresenta dificuldades que impeçam o pequeno criador de realizá-la com o emprego de recursos manuais, ao passo que o grande criador pode fazê-la em larga escala com o auxílio da mecanização. O armazenamento do feno é muito flexível, porque pode ser feito em fenis, medas ou depósitos, neste caso enfardado.

VII – Será intensificada a perfuração de poços em todo o Estado do RN permitindo o acesso de água para todos, bem como a instalação de bombas e cataventos para mais de 02 (dois) mil poços já perfurados;

VIII – Junto com a Associação Norte-Riograndense de Criadores (Anorc) e da Federação da Agricultura e Pecuária do RN (Faern), vamos planejar e tomar medidas que surtam efeitos na reestruturação da pecuária no RN. Vamos criar, juntos, uma política de recuperação do rebanho bovino no RN;

IX – Incentivar o cultivo de algodão e agave, intensificando o cultivo de melão, banana, mamão, caju, manga, coco, entre outros cultivos, bem como criar estímulos para o beneficiamento da industrialização desses alimentos, agregando valor ao produto básico;

Na pecuária e agricultura estadual, vamos fazer valer com força total as ações do Comitê da Seca para resolvermos, juntos, os demais problemas. Vamos manter o Programa de Forragem para a distribuição de ração para o gado;

X – Vamos trazer para perto do Governo os pecuaristas, produtores de leite e agricultores em geral, para, juntos, trabalharmos pelo desenvolvimento do RN criando um ambiente favorável para a pecuária e agricultura. Sabemos que nenhum governo irá resolver os problemas sem a cooperação direta da sociedade;



XI – É preciso pensar em outras formas de produção como o leite de arroz, o leite de soja, a agricultura ecológica sem agrotóxicos, o agronegócio com a industrialização sustentável e de nutrição saudável (alto valor agregado e mercado de futuro), o aumento exponencial de pequenos agricultores, a logística de escoamento, a exportação, a construção de silos para estoque das safras, etc;

XII – Vamos buscar o Investimento Social Privado (ISP) que trata do repasse voluntário de recursos privados para projetos e causas de interesse público e pode ser feito por pessoas ou empresas na forma de doações, filantropia, Responsabilidade Social Empresarial (RSE), patrocínios, investimentos culturais com incentivo fiscal, marketing de causas (uma compra gera um benefício social) ou voluntariado, que é a doação de capital humano;

XIII – Vamos buscar os recursos não reembolsáveis nos projetos de Inovação e Tecnologia, que ocorrem através de editais na FAPERN. Também precisamos desburocratizar esses processos encurtando bastante o tempo para a realização efetiva do projeto;

XIV – Incentivar a fruticultura fortalecendo os polos e abrindo novas frentes de produção;

XV – Implementar a criação de um Programa de Pesca valorizando os pescadores, promovendo a cadeia produtiva e a distribuição do pescado para o interior do Estado;

XVI – Promover e apoiar a agricultura familiar;

XVII – Incentivar a produção do mel e dos derivados do caju.

## TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA

### 1. Objetivo

Criar um sistema de transporte capaz de equacionar os graves problemas do setor e proporcionar um transporte de qualidade para a população e para o escoamento da produção em todo o Estado.

### 1. Propostas

I – Regularizar os mais de 3.600 loteiros;

II – Implantação, reforma e ampliação das linhas férreas, interligando as principais cidades do Estado, citando a ligação ao sistema da ferrovia Transnordestina, Região do Seridó com o terminal Graneleiro de Porto do Mangue, Mossoró a Natal, passando por Guamaré e outros pólos produtivos da Costa Norte.

III – Criação de Empresa Pública de Transporte;

IV – Construção de linhas de metrô em Natal e Mossoró;

V – Melhorias e conservação da malha viária;

VI – Construção do Porto Seco, para escoamento da produção;

VII – Trabalhar para a reativação do Aeroporto Augusto Severo;

VIII – Reforma da Ponte de Igapó, ampliando o fluxo de veículos;

IX – Zona Norte de Natal, gancho de Igapó: Construção de um viaduto no girador da Avenida Tomaz Landim, que liga destino à São Gonçalo do Amarante;

X – Construção de nova ponte ligando a Zona Norte ao Viaduto do Baldo no Passo da Pátria;

XI – Acesso à Avenida Maria Lacerda, em Nova Parnamirim: Construção de um viaduto ou túnel de quem vem de Parnamirim para entrar na Maria Lacerda ou vice-versa;

XII – Estudo para implantar o transporte VLT ligando Natal às cidades da Grande Natal e em Mossoró.

XIII – Construir o porto de plataforma em alto-mar para atrair navios de grande porte que chegam com 6 a 7 mil turistas, em função da altura da ponte Newton Navarro não permitir a passagem;

XIV – Estudar a viabilidade da criação de novas linhas aéreas de médio porte para atender o interior do Estado do RN, incrementar o aeroporto de Mossoró, entre outros pontos, em ação conjunta com outros Estados vizinhos;

## HABITAÇÃO E URBANISMO

### 1. Objetivo

Mapear o déficit habitacional. Arborizar as cidades humanizando-as. Criar espaços para blocos de comércio em cada bairro, melhorando a segurança dos comerciantes visando atender a demanda dos bairros periféricos. Dar apoio técnico no planejamento das cidades seguindo e adequando com os Planos Diretores ao Estatuto da Cidade.

## 2. Propostas

I – Programa Minha, Casa Minha Vida: dar continuidade e ampliar a parceria com o Governo Federal, construindo mais moradias de qualidade para as pessoas de baixa renda;

II – Regularização fundiária dos conjuntos habitacionais no RN;

III – Todas as obras de Governo sejam de saneamento Básico, construção de pontes/viadutos, novas ruas de tráfego ou qualquer outro tipo, só serão iniciadas após todas as etapas preliminares de planejamento como projetos, licenças ambientais e legais, recursos, financiamentos, desapropriações estejam aprovadas para início das licitações e, posteriormente, das obras de construção civil com prazos definidos de inauguração;

IV – Humanizar as cidades plantando árvores frutíferas (frutos pequenos) regionais e da Mata Atlântica para a arborização de ruas e áreas livres de uso público;

# CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## 1. Objetivo

Mostrar total interesse nas ações que envolvam Ciência e tecnologia no RN.

Na abertura da COPA 2014 no Brasil, vimos um tetraplégico dando o chute na bola através de um “esqueleto”

# TURISMO

## 1. Objetivo

O Governo do Estado atenderá o turismo nos diversos vetores como a infraestrutura e os acessos. A divulgação em feiras, eventos, em revistas, desenvolvendo em parceria com os empresários do setor a criação de um novo modelo de marketing turístico criativo e inteligente que demonstre e atraia potencial turístico do RN no mundo e no Brasil inserindo-se nas redes sociais

da Internet. Valorização da nossa cultura e dos artistas locais, conforme já acima citado.

Ouvir e apoiar com medidas efetivas as necessidades e propostas criativas que surjam de cada Pólo Turístico seja no Seridó, Costa Branca, Agreste/Trairi, Serrano, Costa das Dunas e nas demais praias do RN.

## 2. Propostas

I - Desonerar Icms do querosene de aviação atraindo mais voês domésticos e internacionais, incrementando o setor turístico do RN.

II - Desonerar o gás e energia elétrica para o setor hoteleiro do RN;

III – Manter um nível de segurança similar ao padrão FIFA nas ruas e avenidas, principalmente, em Ponta Negra e na Via Costeira e em áreas de turismo;

IV – Cobrar a conclusão imediata da BR-304 fazendo a ligação Sul com o novo aeroporto de São Gonçalo, facilitando o acesso;

V – Recuperação da Rua Chile e revitalização do bairro da Ribeira, porta de entrada dos turistas e comércio advindos do porto;

VI – Promover o turismo em todo o interior do Estado, cuidando da infraestrutura, segurança e dando apoio efetivo aos demais eventos;

VII – Construir o porto de plataforma em alto-mar para atrair navios de grande porte que chegam com 6 a 7 mil turistas, em função da altura da ponte Newton Navarro não permitir a passagem;

VIII – Estudar a viabilidade da criação de novas linhas aéreas de médio porte para atender o interior do Estado do RN, incrementar o aeroporto de Mossoró, entre outros pontos, em ação conjunta com outros Estados vizinhos;

XIX – Criação de 02 (dois) Parques Temáticos, em Parcerias Público Privado;

XX – Incentivo ao turismo rural, gastronômico e ecológico visando a história, a cultura, a paisagem natural e as vocações regionais.

## REDE DE BENEFÍCIOS AO CIDADÃO E EMPRESÁRIOS EM GERAL

### 1. Objetivo

A carga tributária excessivamente alta no Brasil e a contrapartida insuficiente e ineficiente dos serviços públicos básicos do Estado para com a população demonstra a total insensibilidade dos governantes para com o futuro de nosso país.

No RN não é diferente de todo o Brasil, assim, vamos propor medidas que diminuam o peso tributário na vida das pessoas e dos empresários, de modo a nos tornar mais competitivos nesse mercado global.

Está provado e comprovado que a redução de impostos – em particular a nossa que é alta – repercute num aumento de produtividade, maiores investimentos e consequente aumento na receita de impostos para o Governo. A equação é simples: cresce a economia, cresce a arrecadação de impostos.

Portanto, as propostas abaixo deverão ser estudadas mantendo o equilíbrio das despesas e de suas possíveis absorções, levando-se em conta as medidas saneadoras de economia nos gastos de governo que serão postos em ação e pelo impulso em nossa produtividade e criação de um ambiente positivo nas pessoas e nos empresários do RN.

## 2. Propostas

I - Redução do IPVA e renegociação dos débitos com o DETRAN-RN;

II - Redução dos impostos estaduais dos alimentos da Cesta Básica;

III - Redução do Icms na energia elétrica do RN;

IV - Indústria e Comércio: Renegociação dos débitos do Icms (refis) para recuperar empresas inativas ou que estejam impedidas de participar de licitações públicas ou contrair empréstimos bancários,



podendo chegar a anistia total, em casos específicos e no âmbito da legalidade;

V - Redução do Icms do querosene da aviação civil;

VI - Desonerar o Icms do gás natural;

VII – Análise de estudo para reduzir o Icms sobre materiais, produtos, peças e materiais de consumo que impactam diretamente nos custos produtivos seja no segmento de transportes, hotelaria, empresas industriais e comerciais, no agronegócio, entre tantos outros setores que geram a riqueza do RN;